



Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Uma instituição com memória e futuro

Plano de Atividades e Orçamento

2017





ÍNDICE

1 SÚMULA OPERATIVA	4
2 OBJECTIVOS	7
2.1 Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social	7
2.2 Manter as parcerias com o Setor Estado, ao nível da área da Cooperação	7
2.3 Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto	7
2.4 Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores.....	7
2.5 Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas	8
2.6 Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho.....	8
2.7 Manter a oferta de uma agenda cultural e artística.....	8
2.8 Promover a Sustentabilidade da Misericórdia	8
2.9 Valorização do Património	8
3 LINHAS DE ATUAÇÃO	8
3.1 COMPLEXO SOCIAL	8
3.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) Centro de Dia Serviço de Apoio Domiciliário Centro de Dia das Secarias.....	9
3.1.1.1 Remodelação / Requalificação do Complexo Social	9
3.1.1.2 Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);.....	10
3.1.1.3 Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas	11
3.1.1.4 Reforço da política de formação / qualificação do pessoal.....	11
3.1.1.5 Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes	12
3.1.1.6 Projeto Vidas	12
3.1.2 Centro de Atividades e Tempos livres Atividades de Animação e Apoio à Família	13
3.1.3 Academia Condessa das Canas	13
3.1.3.1 Orfeão Maestro Alves Coelho	14
3.1.4 Mata e Jardim.....	14
3.1.4.1 Centro Ambiental – Preservação de espaços / Realização de Eventos	15
3.1.5 Outros Projetos de Intervenção Social RLIS	15
3.1.6 Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional.....	16
3.1.7 Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme.....	16
3.1.8 Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão – Quadro Comunitário.....	16
3.2 COMPLEXO DE SAÚDE.....	17
3.2.1 Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale.....	17
3.2.2 Unidade de Medicina Física e Reabilitação.....	18
3.2.3 Hospital Condessa das Canas.....	18
3.3 PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO	19
3.3.1 Feira do Mont'Alto	20
3.3.2 Cine-teatro Alves Coelho.....	21
4 ORÇAMENTO	22
4.1 Rendimentos	22
4.1.1 Rendimentos / Descrição	23
4.2 Gastos	26
4.2.1 Gastos / Descrição	26
4.3 Investimentos.....	28
5 CONCLUSÃO	31
ANEXOS	



1| SÚMULA OPERATIVA

Ao longo dos últimos anos a temática da sustentabilidade, face à conjuntura macroeconómica, tem sido um aspeto premente na vida das Misericórdias, ao mesmo tempo que aumentam os desafios colocados às Instituições de Solidariedade Social na procura da coesão social.

Por outro lado, a existência de condicionalismos decorrentes de alguns dos indicadores económicos nacionais têm aconselhado à prudência, sem que no entanto, se deixe de olhar para a necessidade de intervenção social junto das comunidades como algo prioritário.

Nesse sentido, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil tem consciência de que os tempos que se avizinham não serão fáceis, desde logo pelas dificuldades locais já existentes, com um cenário marcado pelo encerramento de várias unidades fabris, o que potencializa os problemas sociais como o desemprego.

Assim, colocam-se alguns desafios à Misericórdia.

Se por um lado a Instituição tem a sua essência na resolução, ou pelo menos na atenuação, dos problemas sociais, com especial incidência junto dos mais frágeis, por outro lado não pode subestimar a sua contribuição para o desenvolvimento local.

No entanto, tal só será possível se for acautelada a componente da sustentabilidade, através da existência de recursos financeiros para esse fim, para os quais o contributo do Estado é essencial, através, por exemplo, dos Acordos de Cooperação.

Deste modo, a Misericórdia perspetiva para o ano vindouro um cenário onde apenas a **possibilidade de realização de receitas extraordinárias poderá contribuir, decisivamente, para a concretização de alguns projetos** que se têm vindo a arrastar no tempo, por motivos alheios à instituição.

Assim, a possibilidade de **início dos trabalhos de recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas poderá vir a ser uma realidade** se houver a alienação da designada “Quinta dos Bons Dias”, conjugada com a comparticipação contratualizada com o Estado, via Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

De igual modo, será equacionada a **realização de uma intervenção no emblemático edifício Cineteatro Alves Coelho**, dependendo das conclusões do relatório de auditoria ao estado do mesmo, assim como da determinação das responsabilidades decorrentes da cedência do espaço no período compreendido entre 2008 e 2016 à Câmara Municipal de Arganil.



Também o processo de **remodelação da escola Adães Bermudes**, apesar de já ter tido início em 2015 e ter tido continuidade em 2016, é expeável que em 2017 esteja concluído, possibilitando a conclusão do processo de instalação da Academia Condessa das Canas.

No âmbito da funcionalidade do Complexo Social, com especial incidência na componente residencial, deverão ser **mantidos os trabalhos internos de remodelação** de alguns espaços, visando a melhoria das condições de permanência dos utentes.

No entanto, se no campo dos investimentos a concretização dos mesmos dependerá da realização de receitas extraordinárias, já no que concerne ao funcionamento quotidiano da instituição esta terá em consideração os constrangimentos económicos já referenciados e a sempre presente temática da sustentabilidade.

Neste ponto, a Misericórdia não poderá deixar de esquecer **a implementação do novo modelo de Convenção Coletiva de trabalho (CCT)** que, apesar de ter sido dado início à sua aplicação em 2016, o maior impacto económico ocorrerá em 2017, pois incidirá sobre 14 meses.

Associado à questão da aplicação do novo modelo de CCT, não poderá deixar de ser referida a perspetiva de **atualização do Salário Mínimo Nacional**, o que também trará implicações nos custos respeitantes à componente de pessoal.

Tais **alterações acarretarão uma reorganização e reestruturação dos serviços**, nomeadamente dos horários, numa ótica de maior operacionalização e eficiência dos recursos humanos, tendo em vista a acomodação deste aumento de custos, tal como já sucedeu em 2016.

Simultaneamente, a Instituição procurará manter a sua intervenção junto da comunidade, não só mantendo as suas respostas sociais distribuídas pelas mais diversas áreas de atuação, como de igual modo, dando **continuidade a projetos como a Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**.

Também a manutenção das parcerias existentes, designadamente **com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Agrupamento de Escola de Arganil, o Conselho Local de Ação Social (CLAS)**, entre outras, será uma prioridade.

Neste contexto uma palavra para a **disponibilização da sala de Snoezeland Dr. Armando Dinis Cosme, bem como de elementos técnicos, a outras instituições locais**, como são o caso das escolas, e que se tem revelado uma mais-valia para uma intervenção de maior qualidade no campo da estimulação sensorial.



Ainda no campo da intervenção diária da instituição, alerta-se para o papel fulcral da cooperação com o Estado, sendo que a questão da possibilidade da **revisão de Acordos de Cooperação** em baixa, e conseqüente reafecção, será devidamente acompanhada pela Misericórdia.

A este propósito, retoma-se a questão da necessidade de reforço da cooperação entre o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSSC) e a Misericórdia de Arganil, com especial **incidência na resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, desde que não seja pelo reconhecimento do esforço da instituição no alargamento do leque de serviços prestados aos utentes desta valência, todos os dias da semana.

Esta questão será tão mais importante, no momento em que se perspectiva o **términus do programa relacionado com as Cantinas Sociais** e que, no concelho de Arganil, tem significativa expressão, não só pelo número de agregados apoiados, mas de igual modo porque representa uma ferramenta de cooperação com as instituições locais.

Ao nível do movimento das Misericórdias Portuguesas dar-se-á **prolongamento à relação com o Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, mantendo-se a colaboração técnica, sem esquecer **o aprofundamento das ótimas relações com o Secretariado Nacional**.

Por fim, **uma referência à centenária Feira do Mont'alto**, cuja posição da Misericórdia se mantém na defesa deste património histórico que é pertença da instituição e da qual não pode abdicar, em memória a todos os que a serviram.

Feita a súmula do documento que a seguir se explanará, importa agora identificar a sua estrutura e que consistirá nos seguintes itens:

- ✓ Objetivos;
- ✓ Linhas de Atuação;
- ✓ Orçamento Previsional;
- ✓ Conclusão;
- ✓ Anexos.

Importa por fim destacar, que a execução do presente plano de ação dependerá da colaboração de todos, quer sejam membros dos Órgãos Sociais, irmãos e colaboradores, sendo fundamental para a concretização desse desígnio que estejam imbuídos do espírito que norteia as Misericórdias: o respeito pelos seus Compromissos e a dedicação aos que mais precisam.



2| OBJECTIVOS

O desenvolvimento de qualquer plano de ação preconiza a prévia definição das metas a alcançar, por isso mesmo, ao longo dos anos, a Misericórdia tem pautado a definição da sua estratégia pela prévia identificação de quais os objetivos que se propõe concretizar.

Na definição dos objetivos tem-se verificado uma linha de continuidade, justificável pelo facto de que estamos em presença de metas que **não se esgotam num determinado período temporal**, prolongando-se antes no tempo.

Simultaneamente, não pode ser esquecido que a definição destes objetivos tem sempre que ter em devida conta a componente da flexibilidade, pois estão dependentes de fatores como, por exemplo, os recursos disponíveis.

Nesse sentido, a Misericórdia apresenta para 2017 os objetivos que a seguir se identificam.

2.1 Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social – com especial incidência na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e na Escola Adães Bermudes (Academia Condessa das Canas);

2.2 Manter as parcerias com o Setor Estado, ao nível da área da Cooperação – dando continuidade ao programa da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), bem como à dinamização do processo de revisão de Acordos de Cooperação, designadamente para a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);

2.3 Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto – por meio da manutenção, limpeza e embelezamento da mesma, assim como através do acolhimento de várias iniciativas promovidas pela Misericórdia ou por outras entidades parceiras;

2.4 Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores – através da rendibilização de todos os seus recursos humanos a Instituição irá dar continuidade ao processo de formação interna, para além do recurso à União das Misericórdias Portuguesas para assegurar a componente externa, sem esquecer outras soluções que possam vir a ser desenvolvidas;



2.5 Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas – com o recurso à possibilidade de alienação de património tendo em vista concretizar este investimento essencial para o desenvolvimento local e ampliação da capacidade de intervenção da Misericórdia no âmbito dos Cuidados Continuados;

2.6 Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho – dinamizando o grupo de trabalho constituído para esse efeito e ponderando a eventual chamada à responsabilidade/parceria de outras entidades envolvidas neste longo processo;

2.7 Manter a oferta de uma agenda cultural e artística – recorrendo à atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, integrado na dinâmica da Academia Condessa das Canas, para além de outras iniciativas que a Misericórdia promoverá ao longo do próximo ano;

2.8 Promover a Sustentabilidade da Misericórdia – mediante a adequada gestão dos recursos disponíveis, quer sejam eles humanos, quer sejam materiais, reorganizando os seus serviços, de modo a assegurar que o funcionamento da Instituição não é colocado em causa e por isso a sua ação é cumprida;

2.9 Valorização do Património – através da atualização das respetivas avaliações, da aceitação de eventuais doações ou mesmo da identificação dos imóveis cuja manutenção no seio da Instituição não representa qualquer mais-valia e por isso, poderá e deverá ser utilizado na promoção de novos investimentos para a Misericórdia.

3 | LINHAS DE ATUAÇÃO

Definidos os objetivos a concretizar no próximo ano, passemos agora a apresentar as grandes linhas de atuação definidas para as diversas áreas de intervenção da Misericórdia.

3.1 | COMPLEXO SOCIAL

O Complexo Social é a estrutura da Misericórdia que agrega as respostas sociais cujo funcionamento se encontra enquadrado, prioritariamente, no âmbito da cooperação com o Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade (MTSSS).

Assim, as respostas sociais como a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (CD), quer da sede, quer da Freguesia de Secarias, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) são considerados como componentes do Complexo Social.

No entanto, outras respostas sociais, ou projetos, pela sua natureza de intervenção comunitária são também aqui integrados. Neste caso temos a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), as cantinas sociais, o Fundo Europeu de Ajuda



a Carenciados (FEAC), bem como as diversas parcerias estabelecidas com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI-NLI) e o Conselho Local de Ação Social (CLAS).

De igual modo a Mata das Misericórdias, assim como a Academia Condessa das Canas, pela sua componente lúdica e de promoção do bem-estar dos utentes da Instituição, são consideradas englobadas no Complexo Social.

3.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio

Domiciliário | Centro de Dia das Secarias

No âmbito do funcionamento do Complexo Social as respostas sociais destinadas ao acolhimento e apoio ao público mais velho, representam uma das áreas de atuação com maior impacto na vida da Misericórdia, tendo extrema relevância quer ao nível económico, quer ao nível histórico.

Nesse sentido, iremos agora abordar as várias valências e as expetativas consideradas para o ano que se aproxima.

3.1.1.1 Remodelação / Requalificação do Complexo Social

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia tem procurado concretizar a requalificação de inúmeros espaços, quer no que toca aos serviços de apoio (cozinha, lavandaria, armazém, gabinetes, etc.), quer ao nível da componente ocupacional (salas de atividades).

No entanto, o próximo desafio consiste na remodelação dos espaços afetos ao acolhimento permanente dos utentes, designadamente os que integram a resposta social de ERPI, os quais tiveram início já em 2016 de forma mais intensa, por força do foco de incêndio que teve lugar no passado dia 27 de Junho.

Esta remodelação será ditada, como já vem sucedendo, pelas condições económicas e financeiras da Misericórdia, recorrendo-se preferencialmente aos recursos próprios, nomeadamente para levar a cabo os trabalhos de higienização e remodelação pontual de espaços.



Assim a adaptação de casas de banho e a remodelação de alguns quartos, terá continuidade no próximo ano, bem como a **substituição de telhados**, operação que ainda não foi realizada na sua plenitude, a par de alguns arranjos exteriores e pinturas de fachadas do complexo.

A Instituição, no entanto, não descartará a possibilidade de apresentar uma eventual candidatura específica ao Programa Operacional da Região Centro, designadamente ao eixo referente à inclusão social, caso estejam reunidas as condições para esse efeito.

3.1.1.2 Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);

A revisão dos acordos de cooperação para o **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** tem sido uma das preocupações constantes nos últimos planos de atividades, designadamente porque esta valência tem sido alvo de uma aposta da Instituição, nomeadamente através da inclusão de **serviços de saúde ao domicílio e teleassistência**.

Para tal, a Misericórdia tem procurado obter a **majoração na comparticipação em mais 50%, conforme estabelecido** no protocolo bilateral assinado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), justificada pela resposta funcionar todos os dias da semana, garantindo, em média, 4 serviços aos utentes, entre alimentação, cuidados de saúde, teleassistência, tratamento de roupas, cuidados de higiene e limpeza habitacional.

Em relação às restantes respostas sociais no campo do apoio aos mais velhos a prioridade passará pela **manutenção dos índices de frequência**, especialmente quando se verifica que no concelho de Arganil existe uma redução das frequências pelas diversas respostas sociais desenvolvidas pelas IPSSs.

Para tal, será necessário aprofundar sinergias entre as diversas respostas sociais e equipamentos, nomeadamente através da partilha de serviços e recursos humanos.

Nesse particular, destaque para a **articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde**, com especial atenção ao contributo da Unidade de Cuidados Continuados no que aos encaminhamentos diz respeito, tendo por base a ideia de complementaridade.

Desta forma estima-se a manutenção de 120 utentes na ERPI, enquanto no Centro de Dia, a Instituição pretende **manter os níveis de frequência**, através de um **horário prolongado de**



funcionamento, com jantar incluído, laborando ainda aos fins-de-semana (Centro de Dia sede), com o complemento de um serviço de transporte.

Neste caso, a média no Centro de Dia da Sede não deverá ser inferior a 43 utentes, enquanto que no Centro de Dia de Secarias serão mantidos os 9 beneficiários.

3.1.1.3 Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas

O Protocolo bianual celebrado entre o Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade (MTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas termina a 31 de dezembro de 2016.

Contudo, é expectável a celebração de novo acordo, com uma atualização de 1% nas participações devidas pelo Estado.

Até agora, o referido protocolo, designado de Compromisso para a Cooperação, tem permitido, mais do que a regulamentação das participações no âmbito da rede Solidária, um mecanismo de negociação tendo por base uma parceria efetiva, pelo que a Misericórdia deseja a manutenção deste procedimento.

3.1.1.4 Reforço da política de formação / qualificação do pessoal

Recentemente a Instituição realizou um investimento traduzido na contratação de um Técnico Superior de Higiene e Segurança, com a componente da gestão da qualidade associada.

Esta contratação visou dotar a Misericórdia de um recurso humano qualificado, capaz de desenvolver um conjunto de competências internas, a começar com a **implementação/dinamização de um plano de formação interna**, com especial atenção ao nível da higiene e segurança.

Com o patrocínio da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), será também desenvolvida formação externa, para além do incentivo à participação em seminários, conferências ou outros eventos que contribuam para a melhoria do desempenho dos profissionais da Instituição.

Quanto ao processo de certificação no âmbito do EQUAS, este não foi possível de concluir, especialmente por motivos de ordem económica, sendo expectável retomar-se este assunto com o novo quadro técnico.



3.1.1.5 Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes

A ocupação dos utentes das diversas respostas sociais da Instituição tem sido uma preocupação desde sempre presente no seio da Misericórdia, sejam quais forem as suas idades, pois permite retardar a perda individual de competências, como de igual modo estabelecer uma maior proximidade com a própria Instituição.

Para tanto, existe uma equipa composta por vários profissionais que dinamizam e promovem um vasto conjunto de atividades ocupacionais, utilizando para esse efeito diversos espaços, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias.

Deste modo, serão desenvolvidas várias atividades devidamente inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa, abrangendo, não só o Complexo Social, mas de igual modo o Complexo de Saúde.

Assim, para além dos já habituais passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, serão também levadas a efeito sessões de informação e sensibilização dos utentes, contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, inglês, entre tantas outras.

3.1.1.6 Projeto Vidas

A questão das demências é algo que tende cada vez mais a mobilizar recursos da Instituição, devido ao crescente número de utentes que padecem deste tipo de problemas.

Nesse sentido, foi com entusiasmo que a Misericórdia de Arganil aceitou participar e colaborar no projeto Vidas, traduzindo-se na formação de alguns elementos da sua estrutura técnica, bem como a identificação de alguns espaços passíveis de serem adequados à colocação de alguns dos utentes que padecem de patologias do campo das demências.

Associado a este projeto procedeu-se à aplicação das novas tecnologias para a devida monitorização diária de alguns pacientes (5), possibilitando desta forma um melhor acompanhamento dos mesmos.

Face à importância deste tema, a Misericórdia continuará a reforçar a sensibilização dos seus quadros para a questão da problemática das demências, mantendo a aposta nas novas tecnologias, mas de igual modo não deixará de ponderar a perspetiva de reabilitação do antigo



Hospital Condessa das Canas como espaço de referência para o acolhimento de utentes com esta problemática.

3.1.2 Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à

Família

O Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), assim como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), funcionam no edifício D. Arminda Sanches integrado no perímetro da EB1 de Arganil.

No caso destas duas respostas sociais a preocupação residirá na procura da manutenção dos índices de frequência, com especial incidência no CATL, sabendo-se hoje que, porventura, se verificará uma redução do número médio de crianças, face à redução da população estudantil no concelho de Arganil.

Neste caso, a Instituição procurará manter um número de cerca de 40, crianças, o que já por si representa uma redução potencial de 20 utentes, prevista em sede de orçamento.

No que se refere às AAAF o número estimado será de 28 crianças, podendo corresponder a um pequeno aumento das receitas daí provenientes, face ao ano de 2016.

No entanto, a Instituição deverá assegurar a **diversidade de serviços prestados** nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de **apoio ao estudo e Terapia da Fala**.

3.1.3 Academia Condessa das Canas

A recuperação da escola do Paço Grande é essencial para o normal funcionamento da Academia, no entanto, e apesar de parte dessa recuperação estar já concluída, ainda não foi possível colocar em funcionamento o referido espaço na plenitude que se deseja.

Deste modo, 2017 será marcado pela continuação dos trabalhos de recuperação do imóvel, na expectativa de que possa acolher no próximo ano, algumas das valências previstas para a Academia Condessa das Canas.

A esse propósito destaca-se a colocação do Orfeon Maestro Alves Coelho e com ele das suas atividades.



3.1.3.1 Orfeão Maestro Alves Coelho

Já não restam dúvidas de que o Orfeão Maestro Alves Coelho é hoje uma referência no panorama musical, pelo que será de manter por parte da Misericórdia o respetivo apoio logístico, não só a nível de espaços para ensaio, como também de transporte para a participação em diversos concertos.

Nesse sentido, a gestão de uma agenda de concertos, será uma prioridade em estreita articulação com o responsável artístico | maestro.

3.1.4 Mata e Jardim

A Mata da(s) Misericórdia(s) faz hoje parte do património da Instituição de forma tão profunda, que já não é possível pensar a Misericórdia de Arganil, sem ter em linha de conta a sua riquíssima Mata.

Este espaço natural é algo único no espetro das Instituições da rede solidária, sendo caso raro no País uma Instituição deste género ter integrado no seu espaço operacional e funcional uma Mata, devidamente cuidada e tratada que serve também para o lazer dos seus utentes e da própria comunidade.

Em 2017 espera-se a **manutenção, limpeza e embelezamento deste espaço, com o alargamento de alguns espaços temáticos como é o caso da Rua das Misericórdias**, sem esquecer a continuidade da operação de **enxertia dos pinheiros mansos** plantados alguns anos atrás.

A **produção de alguns produtos**, numa fase meramente experimental, deverá ser uma preocupação para o ano vindouro, com especial incidência no aproveitamento dos inúmeros medronheiros existentes (aguardente de medronho).

Estes produtos, como são o caso dos pinhões, ou de aguardente de medronho, poderão vir a representar uma fonte de receitas adicional, capaz de contribuir para a sustentabilidade da Mata das Misericórdias e a sua valorização.



3.1.4.1 Centro Ambiental – Preservação de espaços / Realização de Eventos

Tendo sempre presente o tema do ambiente, a Instituição irá procurar valorizar e manter os espaços existentes, com destaque para o largo dos antigos alunos do Externato Alves Mendes, as Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas.

A este propósito deve ser destacada a presença dos mais jovens, nomeadamente das escolas de Arganil, que aqui podem usufruir de um espaço ao ar livre para a prática do desporto escolar e do estudo da flora e fauna existentes.

Mas não só os mais jovens poderão beneficiar da Mata da Misericórdia, também toda a comunidade a poderá usufruir dos hábitos de vida saudável.

3.1.5 Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS

A Misericórdia deu início à **implementação da candidatura aprovada no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, com a consequente manutenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), ainda no ano de 2016 (continuação do projeto piloto 2014-2015).

Para tal disponibiliza uma equipa de 3 elementos técnicos, e conta com diversos gabinetes de atendimento espalhados por diversas localidades, em estreita parceria com outras tantas instituições.

Essas entidades estão sedeadas em: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Cepos, Coja, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias.

A expectativa relativamente à RLIS é a sua continuidade em 2017, reforçando-se e aprofundando-se o trabalho no terreno com diversos interlocutores, cujos resultados estão à vista de todos e têm-se traduzido numa profícua colaboração que já originou dois protocolos de cooperação nas mais diversas áreas, que vão desde o apoio técnico, com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e a prestação de cuidados de enfermagem, com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra.

Relativamente a outros projetos chama-se a atenção para a participação da Instituição no Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como a presença no Conselho Geral do Agrupamento



de Escolas de Arganil, sem esquecer a colaboração prestada, por meio de 3 elementos técnicos, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).

Ainda neste ponto realçar que, apesar do impacto local do **programa das Cantinas Sociais**, é **expetável que esta medida seja encerrada em 2017**, pelo que a Misericórdia não poderá dar prolongamento a esta ação, a qual tem sido assegurada mediante protocolos com outras instituições locais, para as quais são transferidas verbas que permitem pagar as refeições fornecidas a agregados carenciados.

3.1.6 Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional

A Misericórdia sobre esta matéria continuará a assegurar a colaboração **institucional, através do seu Provedor, a par da assessoria técnica**, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.

3.1.7 Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme

A sala de snoezelend – Dr. Armando Dinis Cosme, tem desenvolvido a sua atividade junto dos cidadãos mais velhos, sem esquecer os mais jovens provenientes do Agrupamento de Escolas de Arganil, numa lógica intergeracional.

Para tanto, este será **um recurso que continuará a estar disponível quer internamente, quer externamente**, através do desenvolvimento da estimulação cognitiva e sensorial, por meio da dedicação de diversos profissionais como são o caso de Médico de reabilitação Física, Terapeuta da Fala, Psicólogo, Fisioterapeutas e Assistentes Sociais.

3.1.8 Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão – Quadro Comunitário

A gestão eficiente da Instituição tem sido uma preocupação permanente no funcionamento do órgão competente com a responsabilidade sobre esta matéria, neste caso a Mesa Administrativa.

Nesse sentido, a Misericórdia de Arganil aceitou de bom grado o facto de ter sido selecionada para promover o desenvolvimento de uma plataforma informática de apoio à gestão, cujo



objetivo será o de agilizar um conjunto de procedimentos tendo em vista a tomada de decisões em tempo útil sobre as diversas componentes operacionais da vida da Instituição.

Para tal, e sob a égide da União das Misericórdias Portuguesas, será promovida a apresentação de uma candidatura aos fundos comunitários, destinada ao desenvolvimento deste software, que não pretende substituir os programas de contabilidade existentes no mercado, mas antes complementá-los, tendo por base uma realidade muito específica das Santas Casas, facilitando o trabalho de quem tem que decidir sobre a alocação de recursos ao funcionamento deste tipo de Instituições.

3.2 | COMPLEXO DE SAÚDE

Se na estrutura do Complexo Social as valências nele incluídas encontravam-se maioritariamente vocacionadas para a prestação de serviços dirigidas aos mais velhos e aos mais jovens, alicerçadas em acordos de cooperação estabelecidos com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), já no âmbito do Complexo de Saúde a sua principal característica reside no facto das respostas desenvolvidas terem o predomínio da comparticipação assegurada pelo Ministério da Saúde.

Neste caso, são os serviços cuja contratualização reside no campo da articulação com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), como são o caso da Unidade de Cuidados Continuados – Hospital Dr. Fernando Vale e a Unidade de Medicina Física e reabilitação, que compõem esta estrutura da Misericórdia.

De igual modo, aqui deverá ser inserido o projeto de requalificação e remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas, um objetivo há muito desejado pela Instituição.

3.2.1 Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale

Tal como sucedeu em 2016, a Misericórdia considera fundamental para 2017 manter a taxa de ocupação deste equipamento acima dos 85%, tendo em vista assegurar os índices de operacionalidade da resposta, assim como o nível de receitas fundamental para a respetiva sustentabilidade.

Esta preocupação justifica-se pelo crescente número de camas no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados que têm vindo a ser disponibilizadas, nomeadamente no



território regional onde se insere a unidade da Santa Casa. Oferta esta, que não tem tido o devido acompanhamento no âmbito dos encaminhamentos por parte dos serviços competentes das estruturas do Estado, apesar da necessidade deste tipo de resposta ser bem visível para os profissionais no terreno.

Não poderá deixar de se referir a constante preocupação nos atrasos dos pagamentos devidos pelo Estado no âmbito do funcionamento deste equipamento, algo que é transversal a diversas unidades espalhadas pelo País.

3.2.2 Unidade de Medicina Física e Reabilitação

No âmbito do processo de reformulação da intervenção da Misericórdia no campo da Medicina Física e de Reabilitação, deu-se início, em 2016, ao processo de extinção da Clifiargus, uma vez que não fazia sentido a continuidade desta sociedade comercial, face às atuais necessidades da Santa Casa.

Assim, após a renovação da equipa clínica, ajustando-a a um cenário de maior competitividade, face á abertura de diversas unidades desta natureza nos concelhos limítrofes, como Oliveira do Hospital e Tábua, a Instituição espera no ano vindouro recuperar receitas e incrementar uma outra dinâmica deste equipamento junto da comunidade.

Exemplo disso, passa pela consolidação das turmas de ginástica, as quais tiveram início no último quadrimestre de 2016, sendo expetável o seu crescimento já no próximo ano.

3.2.3 Hospital Condessa das Canas

A requalificação e remodelação do antigo hospital tem sido uma meta, desde algum tempo a esta parte, que a Instituição não tem perdido do seu horizonte.

Com efeito, este projeto foi integrado no âmbito do Programa Modelar II com um financiamento público aprovado e contratualizado de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), num total de investimento de dois milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€), correspondentes ao valor da adjudicação à data efetuado.

Face às diligências realizadas em 2016, esperamos que seja possível o início das obras de recuperação do antigo hospital da Misericórdia.



Apesar de este projeto estar programado para as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, a Instituição não descarta a possibilidade do mesmo ser reajustado para o campo das demências, em face da significativa preponderância desta problemática junto da população mais velha.

No entanto, é crucial recordar que o avanço da obra se encontra pendente da concretização de receitas extraordinárias, nomeadamente a venda de património, capaz de assegurar parte fundamental dos recursos financeiros imprescindíveis à realização deste significativo investimento.

3.3 | PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO

Ao longo dos anos a Instituição tem recebido diversos imóveis, sendo fundamental manter-se a preocupação de **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação** dos bens da Misericórdia.

Só desta forma tem sido possível a constituição de dossiers completos dos vários imóveis detidos pela Santa Casa, o que tem possibilitado a gestão eficaz e estratégica deste recurso, sendo possível identificar aqueles que representam uma mais-valia para a Instituição, e que por isso deverão ser alvo de valorização, em detrimento daqueles que representam um encargo desnecessário, e por isso sujeitos a alienação.

É neste contexto que o arrendamento tem representado uma fonte de receitas que, ano após ano, têm vindo a crescer, contribuindo para a sustentabilidade da Misericórdia.

Convém, contudo, recordar algum desse património:

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho

Bairro da Quinta Nova

Morada da Alagoa (Arganil)

Habitações da Amadora

Morada das Torrozelas

Apartamento em Coja;



Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

*** Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**

No que concerne ao património religioso, composto por diversos artefactos como são o caso das bandeiras processionais, a cruz da instituição e diversas relíquias, sem esquecer a igreja, o seu órgão de tubos e a Via Sacra aí exposta, continuarão a merecer a atenção da Instituição.

Quanto aos equipamentos desportivos, como são o caso do **Complexo “Zé Miguel”**, a par do polidesportivo, composto pelas piscinas da Instituição, manter-se-ão em atividade na época de veraneio, servindo assim, quer a comunidade e visitantes, quer entidades parceiras.

De realçar que todos estes equipamentos citados servem os utentes da Misericórdia, mas de igual modo, dão resposta a algumas necessidades da comunidade arganilense, sendo facultada a sua utilização a diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Há a acrescentar a essa já extensa lista de espaços e equipamentos outros recursos como são:

- Autocarro de 23 lugares
- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas

3.3.1 Feira do Mont'Alto

Atualmente encontra-se em vigor o protocolo de cedência da organização da **Feira do Mont'Alto** à Câmara Municipal de Arganil. No entanto, existe um conflito latente e que tem a ver com a realização de escritura justificativa do terrado da feira, como aliás já foi devidamente explanado no Plano de Atividades para 2016.

Neste caso, a Câmara Municipal registou o referido espaço como sendo propriedade do Município de Arganil, **sem que esteja devidamente acautelado o ónus que recai sobre o mesmo e que confere o direito à Misericórdia de usufruir dele nos dias do designado certame.**



Ora, todos sabem que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 é da responsabilidade da Santa Casa e, sendo o protocolo celebrado em 2011 de natureza temporária, não pode a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Em devida altura foi solicitado junto da Câmara Municipal a correção à escritura justificativa, pois esta não acautelou a existência desse ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia, pedido este que não mereceu o acolhimento devido.

Mais uma vez a Misericórdia vê-se na contingência de fazer valer os seus direitos, uma vez que não foi corrigida a escritura em causa, a qual foi concretizada tendo por base 3 testemunhas que, certamente por lapso, terão escamoteado a História da Feira do Mont'alto e a sua profunda ligação à Misericórdia.

3.3.2 Cine-teatro Alves Coelho

O ano de 2016 foi marcado pelo facto de que **foi reconhecido à Misericórdia a sua razão relativamente à questão do Cineteatro Alves Coelho**, assim como as deliberações tomadas em 2008 pela respetiva Assembleia Geral sobre esta matéria.

Para tanto, a Instituição viu a sua pretensão decidida pelas instâncias judiciais, quer em relação à providência cautelar, quer em relação à ação principal, por meio da qual era pedido a devolução do imóvel em causa, bem como as rendas e as diversas obras existentes no referido espaço.

O mesmo tribunal considerou ainda, ter sido a Câmara Municipal a única responsável pelo incumprimento do contrato assinado em 2008 com a Misericórdia.

Nesse sentido, abriu-se uma nova etapa, pelo que a Instituição espera que em 2017 o Grupo de Trabalho, entretanto constituído para analisar o conceito que se pretende para o edifício, tenha já apresentado as suas sugestões.

Mais, espera também, encontrar parceiros para a concretização da recuperação do emblemático edifício, recuperação esta que depende do estado em que o mesmo se encontra, aguardando-se a entrega do estudo entretanto solicitado sobre esta matéria.

A Misericórdia faz votos **para que a Câmara Municipal tenha a abertura para não deixar de fora o Cineteatro Alves Coelho**, isto no âmbito de uma eventual recuperação integrada na reabilitação urbana projetada para o centro da vila, até porque a degradação verificada entre



2008 e 2016, certamente se deveu à ausência de qualquer manutenção desse espaço, o mínimo que se impunha.

A Misericórdia tem ainda a expectativa de que a Junta de Freguesia de Arganil possa vir a pronunciar-se sobre esta matéria, uma vez que, até ao dia de hoje, nunca o fez.

4| ORÇAMENTO

A elaboração do orçamento para 2017 teve em consideração as linhas de atuação definidas pela Misericórdia, pelo que se espera que a componente económico-financeira prevista seja suficiente para a concretização das metas traçadas.

Na certeza porém, de que parte das ações preconizadas estão pendentes da concretização de receitas extraordinárias, resultantes da venda de património e cujo impacto será manifestado no campo dos investimentos.

Essas receitas, sendo extraordinárias, não entram na previsão do orçamento corrente, mantendo-se pois, uma postura cautelosa na definição desta ferramenta de gestão.

Deste modo, a previsão dos rendimentos e dos gastos assenta num conjunto de indicadores internos e externos, por forma a obter-se um orçamento realista e exequível, estimando-se um resultado positivo de mil, seiscentos e noventa e um euros (1.691,00€).

4.1 Rendimentos

No campo dos rendimentos estimados para 2017 a Instituição preconiza um total de dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e cinco euros (2.732.745,00€), o que representa um crescimento de 1,11%, ou seja, mais vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e três euros (29.953,00€) face ao orçamento do ano anterior.

Este crescimento resulta, entre outros aspetos, de uma previsão de atualização dos acordos de cooperação com o MTSS em mais 1%, considerando-se uma manutenção dos níveis de frequência, designadamente das respostas sociais integradas no Complexo Social.

A exceção a essa previsão ocorre apenas no CATL, cujos níveis de frequência estimados traduzem uma redução em cerca de 20 crianças, com um impacto nas estimativas que



corresponde a uma redução, face ao orçamento do ano anterior. Neste caso, menos dez mil e oitenta e nove euros (10.089,00€).

De realçar que a inclusão da possibilidade de revisão do acordo de cooperação para o SAD, com uma majoração do apoio recebido, continua a ser mantida como previsão, apesar de, até ao momento, não ter sido concretizado, face ao orçamento de 2016.

De realçar ainda, a projeção de um crescimento na rúbrica dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, em cerca de mais 37%, face ao ano anterior, ou seja, mais cerca de cinquenta mil euros (50.000,00€)

Este crescimento está calculado tendo em conta dois fatores. O primeiro resulta do aumento do valor das rendas graças à inclusão de património para esse fim. O segundo está relacionado com a possibilidade de alienação de imóvel, mediante a autorização da Assembleia Geral a conceder em Março do próximo ano.

Não obstante, não pode deixar de ser referido com alguma preocupação para a Instituição o término do programa das Cantinas Sociais, o qual representava uma receita previsível de sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e oito euros (68.438,00€), tendo como referência o orçamento de 2016.

Esta perda, mais do que pelo valor económico em si, representa também a perda de recursos para as diversas instituições locais, na medida em que parte deste montante era transferido para outras diversas entidades, no âmbito de protocolos de colaboração celebrados com a Misericórdia.

Isto sem falar no impacto social local, designadamente junto de alguns agregados carenciados do Concelho de Arganil.

Contudo, e na componente específica dos rendimentos o aumento estimado das receitas previstas para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, em cerca de mais sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois euros (63.542,00€), quando comparado com 2016, possibilitará anular essa potencial perda de receitas associado ao programa das Cantinas Sociais.

4.1.1 Rendimentos / Descrição

- Na conta correspondente às vendas projetou-se um valor tendo por base a média dos 9 meses, mas replicado aos doze meses com 0,7% de inflação;



- Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se, com base na média obtida do saldo a setembro, um montante atualizado em 0,7% e, um aumento de 10,00€ replicado a 5 meses para os utentes com valores inferiores a 628,33€;
- Foi considerada a manutenção dos níveis de frequência dos utentes nas diversas respostas sociais, com exceção do CATL que passou a contemplar 40 crianças;
- Considerou-se uma atualização de 1% em todos os acordos com a Segurança Social, com exceção do protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais que foi dada como terminada;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação foi projetado através da média mensal obtida a partir dos últimos anos de funcionamento da Clifiargus e perspetivou-se uma taxa de ocupação acima dos 85% no Hospital Dr. Fernando Valle, com uma atualização dos valores dos acordos em 1% nas duas tipologias;
- Projetou-se um recebimento de quotas da irmandade tendo por base o saldo a Setembro;
- O valor das rendas foi calculado através do saldo a setembro de 2016, com a aplicação de um índice de 1,0054 e projetou-se a inclusão das rendas do Cineteatro e do novo património recebido;
- No campo da participação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 27 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€;
- Nas rubricas menos relevantes considerou-se o histórico a setembro.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO – 2017

CONTAS	RENDIMENTOS	PERIODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2017-2016)	%
71	VENDAS	10 051,00	7 490,00	-2 561,00	-25,48%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 081 805,00	1 135 160,00	53 355,00	4,93%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	882 997,00	869 503,00	-13 494,00	-1,53%
	Lar	777 540,00	749 935,00	-27 605,00	-3,55%
	Centro Dia	52 266,00	57 704,00	5 438,00	10,40%
	Apoio Domiciliário	41 767,00	49 685,00	7 918,00	18,96%
	ATL + AAAF	11 424,00	12 179,00	755,00	6,61%
	UCC	90 058,00	94 298,00	4 240,00	4,71%
	Fisioterapia	87 600,00	151 142,00	63 542,00	72,54%
	Outros	21 150,00	20 217,00	-933,00	-4,41%
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1 355 551,00	1 291 394,00	-64 157,00	-4,73%
	Centro Distrital da segurança Social	914 626,00	848 400,00	-66 226,00	-7,24%
	ISS - Acordos de Cooperação	636 201,00	636 524,00	323,00	0,05%
	Lar	416 956,00	422 794,00	5 838,00	1,40%
	Centro Dia	50 544,00	56 509,00	5 965,00	11,80%
	Centro Dia Secarias	11 664,00	11 828,00	164,00	1,41%
	Apoio Domiciliário	119 367,00	121 040,00	1 673,00	1,40%
	Complemento	6 521,00	3 293,00	-3 228,00	-49,50%
	ATL	31 149,00	21 060,00	-10 089,00	-32,39%
	ISS-UCC	128 830,00	130 187,00	1 357,00	1,05%
	ISS-RLIS	81 157,00	81 689,00	532,00	0,66%
	ISS - Cantinas Sociais	68 438,00	0,00	-68 438,00	100,00%
	ARS-UCC	426 277,00	430 540,00	4 263,00	1,00%
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	14 648,00	12 454,00	-2 194,00	-14,98%
	Aumentos/reduções de justo valor				
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	20 286,00	10 689,00	-9 597,00	-47,31%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	234 196,00	287 712,00	53 516,00	22,85%
781	Rendimentos Suplementares	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00%
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	133 808,00	183 853,00	50 045,00	37,40%
788	Outros	98 888,00	102 359,00	3 471,00	3,51%
	Subsídios para o Investimento	15 118,00	18 093,00	2 975,00	19,68%
	(...) Outros	83 770,00	84 266,00	496,00	0,59%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	903,00	300,00	-603,00	-66,78%
Total dos Rendimentos		2 702 792,00	2 732 745,00	29 953,00	1,11%

Tabela n.º 1

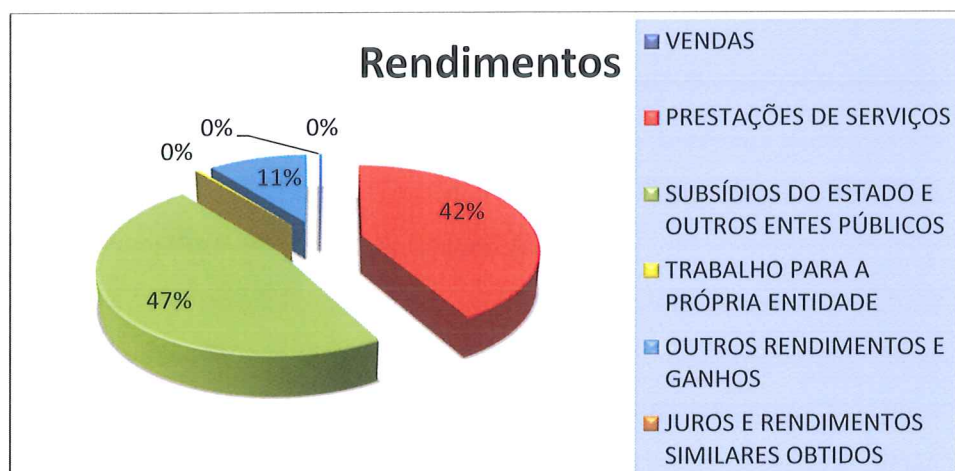


Gráfico n.º 1



4.2 Gastos

No campo dos gastos as previsões vão no sentido destes traduzirem um crescimento de 1,06%, ou seja, mais vinte e oito mil, setecentos e dezasseis euros (28.716,00€).

Deste modo, estima-se para o ano de 2017 um valor total no campo das despesas de dois milhões, setecentos e trinta e um e cinquenta e quatro euros (2.731.054,00€), sendo que a projeção realizada levou em linha de conta o valor previsto para a inflação, neste caso 0,7%.

De realçar que o maior crescimento no campo dos gastos, isto em termos de valor, está relacionado com a rubrica de custos com o pessoal, na medida em que, face ao orçamento de 2016, prevê-se um aumento de cento e vinte quatro mil, quatrocentos e vinte e dois euros (124.422,00€).

Neste caso o crescimento será de 8,5%, muito especialmente motivado pela inclusão dos colaboradores que transitaram da Clifiargus para a Misericórdia, sem esquecer a eventual atualização do Salário Mínimo Nacional, passando de quinhentos e trinta euros (530,00€) para quinhentos e cinquenta e sete euros (557,00€), o que engloba 89 colaboradores, sem esquecer eventuais atualizações decorrentes do novo CCT.

Nas restantes rubricas foi levado em linha de conta o saldo a Setembro do ano corrente, bem como o valor previsto para a inflação, sendo que há a destacar a redução de oitenta e sete mil e seiscentos euros (87.600,00€), face ao orçamento de 2016, na rubrica dos trabalhos subcontratados, no qual se incluía a Fisioterapia que passou a ser desenvolvida pela Misericórdia, sem o recurso a entidades externas.

4.2.1 Gastos / Descrição

- No custo das mercadorias v./das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 0,7% da taxa de inflação;
- No fornecimento de serviços externos de um modo geral (conta 62) fez-se uma projeção tendo por base o acumulado nos 9 meses, levando em linha de conta a taxa de inflação, sendo que no trabalho especializado e honorário o valor apresentado é baseado nos contratos / propostas para os mesmos;
- Ainda nos serviços externos mas na subconta 621, anulou-se a despesa com subcontratados (fisioterapia) e na subconta 626 – serviços diversos – foram contempladas as rendas dos espaços afetos à RLIS;



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO – 2017

- Na rubrica de eletricidade foi aplicada ao histórico uma taxa de aumento de 1,2% conforme divulgação da imprensa nacional, enquanto os combustíveis e a água teve em conta o saldo acumulado e a taxa de inflação;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a setembro, com a respetiva atualização do SMN. Foi tida em conta uma taxa de absentismo de 10%, ao mesmo tempo que foi contemplado o aumento da taxa para a segurança social em mais 0,3%, a par do pagamento integral dos feriados.
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação em 2017, conforme simulação do programa de imobilizado;
- Restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação.

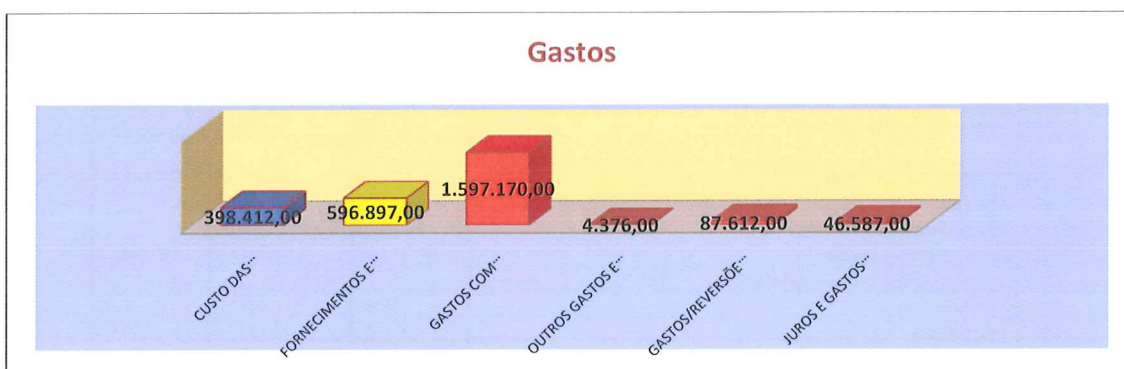


Gráfico n.º 2



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO – 2017

CONTAS	GASTOS	PERÍODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2017-2016)	%
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	411 412,00	398 412,00	-13 000,00	-3,16%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	322 564,00	310 074,00	-12 490,00	-3,87%
	Matérias de consumo Outros	88 848,00	88 338,00	-510,00	-0,57%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	640 646,00	596 897,00	-43 749,00	-6,83%
621	Subcontratados	87 600,00	0,00	-87 600,00	-100,00%
622	Serviços Especializados	166 724,00	208 147,00	41 423,00	24,85%
	Trabalho especializado	58 360,00	59 220,00	860,00	1,47%
	Honorários	66 893,00	101 621,00	34 728,00	51,92%
	Conservação e reparação	34 742,00	34 109,00	-633,00	-1,82%
	Outros	6 729,00	13 197,00	6 468,00	96,12%
623	Materiais	88 429,00	71 173,00	-17 256,00	-19,51%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	42 018,00	35 626,00	-6 392,00	-15,21%
	Material de escritório	36 868,00	29 173,00	-7 695,00	-20,87%
	Outros	9 543,00	6 374,00	-3 169,00	-33,21%
624	Energia e fluidos	190 443,00	188 107,00	-2 336,00	-1,23%
	Eletricidade	79 967,00	79 452,00	-515,00	-0,64%
	Combustíveis	97 290,00	95 939,00	-1 351,00	-1,39%
	Água	13 186,00	12 716,00	-470,00	-3,56%
625	Deslocações, estadas e Transportes	7 124,00	7 868,00	744,00	10,44%
626	Serviços Diversos	100 326,00	121 602,00	21 276,00	21,21%
	Comunicação	17 977,00	19 485,00	1 508,00	8,39%
	Seguros	9 173,00	9 376,00	203,00	2,21%
	Limpeza, higiene e conforto	44 512,00	56 327,00	11 815,00	26,54%
	Outros serviços	28 664,00	36 414,00	7 750,00	27,04%
63	GASTOS COM PESSOAL	1 472 748,00	1 597 170,00	124 422,00	8,45%
632	Remunerações do pessoal	1 184 535,00	1 281 965,00	97 430,00	8,23%
6321	Remunerações certas	1 095 384,00	1 223 136,00	127 752,00	11,66%
6322	Remunerações Adicionais	89 151,00	58 829,00	-30 322,00	-34,01%
634	Indemnizações	966,00	1 114,00	148,00	15,32%
635	Encargos sobre Remunerações	260 598,00	285 878,00	25 280,00	9,70%
636	Seguros de acidentes no trabalho	21 322,00	23 075,00	1 753,00	8,22%
638	Outros Gastos com Pessoal	5 327,00	5 138,00	-189,00	-3,55%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	31 617,00	4 376,00	-27 241,00	-86,16%
681	Impostos	0,00	0,00		
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0,00	0,00		
688	Outros Gastos e Perdas	31 617,00	4 376,00	-27 241,00	-0,97
6881	Correções de Períodos Anteriores				
6882	Donativos	250,00	250,00	0,00	0,00%
6883	Quotizações	3 996,00	4 126,00	130,00	3,25%
6884/6888	Outros Gastos e perdas	27 371,00	0,00	-27 371,00	-100,00%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	91 399,00	87 612,00	-3 787,00	-4,14%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	54 516,00	46 587,00	-7 929,00	-14,54%
Total dos Gastos		2 702 338,00	2 731 054,00	28 716,00	1,06%

Tabela n.º 2

4.3 Investimentos

A Misericórdia para 2017 preconiza um conjunto de investimentos que, pela sua dimensão, não deixam de ser ambiciosos, a começar pelo montante estimado para esta área.

Neste caso, a Instituição prevê gastar para o ano vindouro oitocentos e vinte mil euros (820.000,00€), distribuídos por vários equipamentos e edifícios.



Contudo, importa esclarecer que este nível de investimento será feito com a noção clara dos riscos que este implica para a Instituição.

Nessa medida, e como já atrás foi explanado, a realização deste avultado investimento será unicamente concretizado se for possível a realização de eventuais receitas extraordinárias, pois sem estas não será possível a efetivação de parte significativa do quadro que a seguir se apresenta.

Em pormenor, podemos afirmar que essas receitas extraordinárias encontram-se dependentes da concretização de algumas operações de alienação de património, designadamente a venda da Quinta dos Bons Dias, uma vez que a Assembleia Geral de 2006 deu a devida aprovação, mas apenas em 2016 foi resolvida a questão jurídica que sobre esse imóvel pendia, conforme descrito na Assembleia Geral realizada em Março do ano corrente.

Deve também ser salientado que algum do investimento apresentado não corresponde à totalidade das verbas necessárias para esse efeito, nomeadamente o que respeita à remodelação do antigo Hospital da Misericórdia.

Neste caso, a totalidade da remodelação não será concluído em 2017, face ao calendário das obras, pelo que o valor apresentado corresponde apenas a uma estimativa de gastos contemplando unicamente o ano em causa.

De igual modo, o subsídio previsto no quadro em baixo apresentado reporta ao Programa Modelar II, o qual, no âmbito do mesmo, apresenta um valor superior, mas que apenas foi considerado o proporcional ao montante do investimento privado da responsabilidade da Misericórdia para 2017.



Poderemos ainda verificar que o total do esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das eventuais receitas extraordinárias, será de seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (662.825,16€).

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS	
Ativos fixos tangíveis	147 174,84	662 825,16	820 000,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	147 174,84	662 825,16	810 000,00
PROJETOS/CANDIDATURAS	10 000,00		10 000,00
EQUIPAMENTO Diverso	0,00		0,00

Tabela n.º 3

Olhando com maior atenção para os números estimados para o investimento, poderemos verificar que estes encontram-se distribuídos do seguinte modo:

100 000,0	Cineteatro
600 000,0	Hospital
50 000,0	Lar
10 000,0	Projetos candiaturas
60 000,0	Escola/Academia
820 000,0	Total

Tabela n.º 4



5| CONCLUSÃO

Mais um ano novo se aproxima, e com ele existirão sempre incertezas e variáveis que não poderemos controlar.

No entanto, e olhando para os exercícios anteriores e os respetivos Planos de Atividades e Orçamentos, verificamos que, ano após ano, tem sido possível atingir as metas a que todos nós nos propusemos. Certamente pela tenacidade que nos move, pela convicção nos princípios que nos une e, acima de tudo, pelo respeito aos inúmeros benfeitores desta casa.

Afinal, os longos anos de existência da Misericórdia de Arganil já deveriam ter ensinado a todos nós, mesários, membros dos diversos órgãos sociais, irmãos, colaboradores e utentes, que vivemos num mundo de imprevisibilidade.

Imprevisibilidade social, económica e política, pelo que apenas podemos contar com o empenho de todos nós.

Neste final do Jubileu do Ano Santo da Misericórdia, saibamos ser dignos da nossa missão de misericórdia; que a Senhora do Manto Largo nos abençoe com seu manto protetor.

O Provedor

A large red graphic element that spans across the middle of the page. It has a horizontal top edge on the left, then a diagonal line sloping upwards to the right, and then a horizontal top edge on the right. The rest of the shape is a solid red block. The word "ANEXOS" is printed in white, uppercase letters on the right-hand horizontal section of this red shape.

ANEXOS

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

1º ORÇAMENTO ANUAL

ANO 2017

NISS: 20004617166

NIPC: 501 157 654

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	10.051,00	7.490,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	1.081.805,00	1.135.160,00
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	1.355.551,00	1.291.394,00
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	20.286,00	10.689,00
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	411.412,00	398.412,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	640.646,00	596.897,00
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	1.472.748,00	1.597.170,00
-	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	-	0,00	0,00
-	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	-	0,00	0,00
-	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	-	0,00	0,00
-	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	-	0,00	0,00
-	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	234.196,00	287.712,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	31.617,00	4.376,00
Result. antes de depreciações, gastos de Financ. Imposto		-	145.466,00	135.590,00
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	j)	91.399,00	87.612,00
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		-	54.067,00	47.978,00
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	903,00	300,00
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	l)	54.516,00	46.587,00
Resultado antes de Imposto		-	454,00	1.691,00

A Mesa Administrativa:

O Conselho Fiscal:

Aprovado em Assembleia Geral:

Data: Arganil, 09 de novembro de 2016

Arganil, 30 de novembro de 2016

Assinaturas:

Notas:

- a) Provável receita do funcionamento do bar da piscina;
- b) Verba que se prevê receber da prestação de serviços:
 - Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário, e UCC;
 - Fisioterapia;
 - Funcionamento da piscina, prestação de serviços de jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho;
- c) Verba que se prevê receber do Estado e serviços dependentes:
 - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra;
 - Ministério da Saúde resultante dos protocolos de Cuidados Continuados;
 - Comparticipação financeira de outras atividades (RIIS);
 - Câmara Municipal (CAF)
- d) Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso;
- e) Verba que se pensa bastante para aquisição:
 - Géneros alimentícios para o Complexo Social e para o Complexo de Saúde;
 - Fraldas para os utentes e medicamentos da UCC;
 - Rações para animais, sementes e adubos para a parte agrícola,
- f) Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:
 - Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui Complexo Social e Hospital de Cuidados Continuados;
 - Consumos de secretaria e expediente geral;
 - Reparação e manutenção de instalações, edifícios arrendados;
 - Aquisição de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, honorários, contencioso e notariado, artigos de limpeza, higiene e conforto, publicidade, trabalhos especializados, material didático e saúde dos utentes, serviços de fisioterapia, entre outros;
- g) Montante previsto para gastos com pessoal:
 - Remunerações, subsídios de Natal e Férias, não havendo lugar a mudanças salariais gerais;
 - Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
 - Formação profissional;
 - Indemnizações;
 - Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;

- Outras despesas com o pessoal;
- h) Rendimentos de:
 - Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e participação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
 - Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição (acolhimento temporário, etc);
 - Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas);
 - Subsídio para Investimento;
- i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:
 - Quotizações à, União das Misericórdias, ALP, outras entidades;
- j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o Hospital de Cuidados Continuados);
- k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo);
- l) Gastos com financiamento obtido.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil



235 200 490



235 200 499



geral@scmarganil.pt



www.scmarganil.pt



/misericordiadearganil